

Ações de dissídio ajuizadas pelo Sintunesp

Após justiça comum, agora é a vez do TRT agendar audiência de conciliação para 20/9

O Sintunesp ajuizou ações de dissídio coletivo, referentes à data-base deste ano, junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2), com vistas aos trabalhadores celetistas, e junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), direcionada aos estatutários. Respectivamente, trata-se das ações de nº 1002437-54.2019.5.02.0000 e de nº 2192301-76.2019.8.26.0000.

Na justiça comum, já ocorreu uma audiência de conciliação entre as partes no dia 2/9/2019 (*veja a seguir*).

No caso da justiça do Trabalho, uma primeira audiência de instrução e conciliação está marcada para 20/9/2019, às 14h30, em São Paulo.

Em ambas as ações, a assessoria jurídica do Sindicato relata que, após apresentada a Pauta Unificada aos reitores em 14/4/2019 – com reivindicações salariais, de defesa de direitos diversos e defesa das universidades –, houve algumas negociações com o Cruesp, que resultaram na concessão de reajuste de 2,2%, mas que não foi cumprido na Unesp até o momento.

Como foi a conciliação na justiça comum

A audiência de conciliação entre Sintunesp e reitoria da Unesp, em 2/9/2019, realizada no gabinete do vice-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), desembargador Artur Marques da Silva Filho, não resultou na apresentação de proposta alguma pela Universidade.

Questionados se traziam alguma proposta de solução do conflito, os representantes da reitoria disseram que não. Em seguida, descreveram a situação financeira da Unesp e afirmaram que a administração da Universidade tem como meta central a consolidação dos recursos necessários para o pagamento do 13º salário deste ano. Disseram, também, que aguardam a solução do impasse burocrático em torno do repasse de R\$ 83 milhões, relativos ao pagamento dos funcionários da Universidade que atuam no Hospital das Clínicas de Botucatu; o valor

foi acordado com o governo, mas ainda é preciso superar os entraves jurídicos para transferi-lo à Unesp.

Os membros do Sintunesp frisaram a difícil situação dos trabalhadores da Universidade. Frente a uma perda de mais de 19% de 2015 até maio/2019, o único índice concedido neste período foi de 1,5% em 2018. Na USP e na Unicamp, embora ainda abaixo da inflação, ainda houve reajustes de 3% em 2016 e 2,2% em 2019. Também questionaram o fato de haver uma reserva de caixa, atualmente, de R\$ 182 milhões, incluindo as receitas próprias, e que o valor necessário para pagar os 2,2% para todos os servidores docentes e técnico-administrativos, de maio a dezembro de 2019, consumiria somente cerca de R\$ 30 milhões. Por fim, lembraram que o arrocho salarial é apenas uma parte do problema, pois estamos desde 2014 sem contratações e sem carreira.

Dado o impasse, o vice-presidente do TJ-SP propôs suspender a reunião e remarcar a para o dia 14/10, para que a Universidade apresente uma proposta até lá. Conforme consta na ata da reunião, no silêncio ou na ausência das partes na próxima audiência, os autos serão encaminhados para sorteio de Relator do Órgão Especial, indo posteriormente a julgamento.

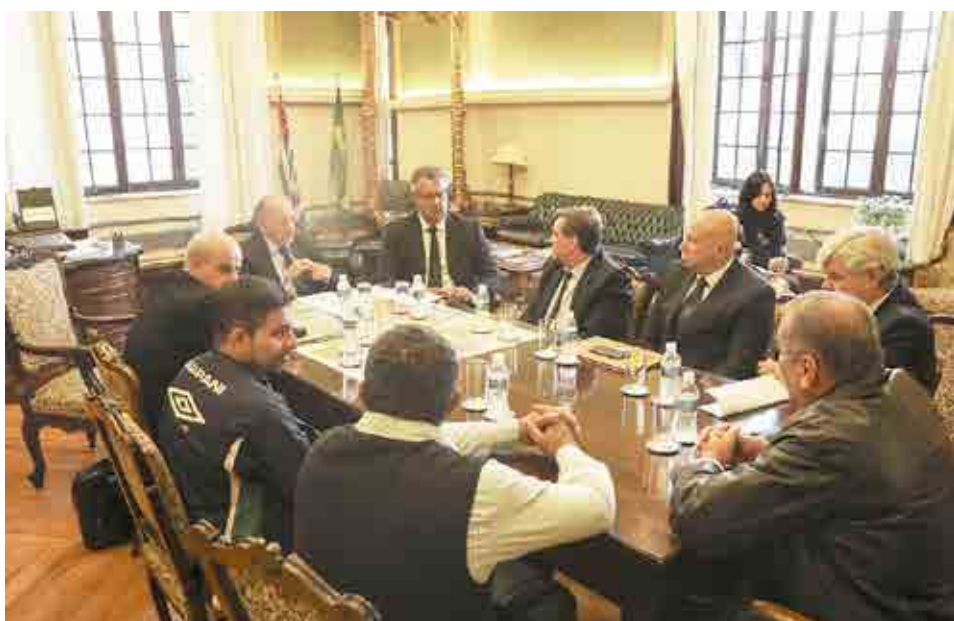


Foto: Ricardo Loui/TJSP

A tentativa de conciliação na justiça comum, em 2/9/2019, no Tribunal de Justiça do Estado de SP (TJ-SP)